



"Art. 226.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de julho de 2010.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Deputado MARCO MAIA
1º Vice-Presidente

Deputado RAFAEL GUERRA
1º Secretário

Deputado NELSON MARQUEZELLI
4º Secretário

Deputado MARCELO ORTIZ
1º Suplente

Mesa do Senado Federal

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário

Senador MÃO SANTA
3º Secretário

Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente

Senador GERSON CAMATA
4º Suplente

Presidência da República**DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****MENSAGEM**

Nº 406, de 13 de julho de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV e dá outras providências".

Nº 407, de 13 de julho de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.286, de 13 de julho de 2010.

Nº 408, de 13 de julho de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

ERENICE ALVES GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGÉ LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

**CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIADA INFORMAÇÃO****DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE**

Em 12 de julho de 2010

Entidade: AR SERASA, vinculada à SERASA CD

Processo nº.: 00100.000029/2003-14

Nos termos do parecer AUDIT - ITI 082/2010, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR SERASA, listado abaixo, para as Políticas de Certificados Credenciadas.

NOME	ENDERECO
AR SERASA	Anterior: Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 200, 4º andar, Sala 406, Vila Pedro Moreira, Guarulhos - SP. Novo: Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190, 4º andar, Sala 404/406, Vila Pedro Moreira, Guarulhos - SP.

Entidade: AR SESC PR e AR SERASA

Processos nºs.: 00100.000022/2003-01 e 00100.000145/2006-86

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 005/2010, que aprova a versão 3.0 da DPC da AC CAIXA, vinculada à AC RAIZ, versão 3.0 da DPC e das PC A1 e A3 da AC CAIXA PF e AC CAIXA PJ, vinculadas à AC CAIXA e versão 4.0 da DPC e versão 3.0 das PC A1, A2, A3, S1, S2 e S3 da AC CAIXA JUS, vinculada à AC JUS. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

AR	AC	ENDERECO
AR SESC PR	AC FENACON CERTISIGN RFB e AC CERTISIGN RFB	Rua Quintino Bocaiuva, 682, 3º andar, Salas 31 e 32, Centro, Foz do Iguaçu-PR
AR SERASA	SERASA AC e SERASA CD	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461/1485, Torre Norte, Pinheiros, São Paulo-SP.

Entidades: AC CAIXA, AC CAIXA PF, AC CAIXA PJ e AC CAIXA JUS.

Processos nºs.: 00100.000022/2003-01 e 00100.000145/2006-86

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 005/2010, que aprova a versão 3.0 da DPC da AC CAIXA, vinculada à AC RAIZ, versão 3.0 da DPC e das PC A1 e A3 da AC CAIXA PF e AC CAIXA PJ, vinculadas à AC CAIXA e versão 4.0 da DPC e versão 3.0 das PC A1, A2, A3, S1, S2 e S3 da AC CAIXA JUS, vinculada à AC JUS. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****RESOLUÇÃO Nº 141, DE 15 DE ABRIL DE 2010**

Constitui Grupo Temático para revisão da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 113, de 19 de outubro de 2006, que trata do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, bem como em cumprimento aos artigos 28 a 31 de seu Regimento Interno e às deliberações do CONANDA na Assembleia Ordinária nº 183, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Temático para revisão da Resolução nº 113, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de apresentar proposta para adequar à Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme deliberação da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O Grupo Temático será composto por Conselheiros representantes das Comissões Permanentes do CONANDA, garantida a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

Art. 3º O Grupo poderá convidar representantes dos órgãos e instituições integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante indicação prévia à Assembleia do CONANDA para deliberação.

Art. 4º O Grupo Temático deverá apresentar a minuta a ser submetida à discussão e deliberação da Assembleia do CONANDA até dia 30 de setembro de 2010, ressalvada prorrogação, mediante justificativa prévia.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FEITOSA DA SILVA
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos
da Criança e do Adolescente - CONANDA

RESOLUÇÃO Nº 142, DE 10 DE JUNHO 2010

Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno para a criação da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inc. XI, da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, bem como em cumprimento aos arts. 2º, inc. XVI, 28 a 31, de seu Regimento Interno e às deliberações do CONANDA na Assembleia Ordinária nº 185, resolve:

Art. 1º Fica criada no âmbito do CONANDA a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar.

Art. 2º O art. 31 do Regimento Interno do CONANDA passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. As Comissões Permanentes são órgãos de natureza técnica e de caráter permanente nas áreas de:

- a) Políticas Públicas para Infância e Adolescência;
- b) Orçamento e Finanças Públicas;
- c) Mobilização e Formação; e
- d) Direitos Humanos e Ação Parlamentar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FEITOSA DA SILVA
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos
da Criança e do Adolescente - CONANDA

**CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA****ATOS DE 13 DE JULHO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de SECRETARIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), nos termos do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, combinado com os arts. 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001, a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, o artigo 16, §9º, IV, da MP nº 2.186-16/2001, a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, o art. 1º do Decreto nº 3.743, de 05 de fevereiro de 2001 e a Resolução do CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, pp. 8, de 13 de maio de 1999, e, ainda, considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 9 de junho de 1994; o Parecer nº AGU/JD-3 revisto e alterado, em parte, pelo Parecer nº AGU/JD-1/2004, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, pp. 6 a 9, de 4 de junho de 2004, resolve:

Nº 80 - Dar Assentimento Prévio a MARISA DE FÁTIMA AN-NIBELLI, CPF nº 458.266.929-87, para pesquisar ametista e argila, numa área de 796,66ha, no local denominado Fazenda Laje das Pedras, no Município de Clevelândia, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826416/2009-71, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 313/DIRE/DGTM-2010, de 24 de maio de 2010 e a Nota SAEI-AP nº 111/2010-RF.